



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS  
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA GUARDA MUNICIPAL

# ASSESSOR JURÍDICO

### CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

#### ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **55 (cinquenta e cinco) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

| CONTEÚDO                                   | QUESTÕES |
|--|----------|
| Língua Portuguesa                          | 01 a 10  |
| Noções de Informática                      | 11 a 15  |
| Conhecimentos Específicos                  | 16 a 50  |
| Ética do Servidor na Administração Pública | 51 a 55  |

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
  - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
  - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica, obrigatoriamente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica.
4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
  - consultando, no decorrer da prova, qualquer tipo de material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
  - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. **O telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
6. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SÓ PODERÁ copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA** em formulário próprio entregue pela instituição organizadora do concurso, **DURANTE OS 30 min (TRINTA MINUTOS) QUE ANTECEDEREM AO TÉRMINO DA PROVA**.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

# 2013

## LÍNGUA PORTUGUESA

## TEXTO: Estado laico e liberdade religiosa

Em 12 de novembro último, o Ministério Público Federal ajuizou ação objetivando à retirada da expressão religiosa “Deus seja louvado” das cédulas do real. O argumento é a ofensa ao princípio do Estado laico, além da exclusão de minorias, ao promover uma religião em detrimento de outras. Outros instigantes debates a respeito do alcance da laicidade estatal e da liberdade religiosa têm chegado à Justiça, como o questionamento acerca do uso de símbolos religiosos (como crucifixos) em espaços públicos; de leis que autorizam excepcionalmente o sacrifício de animais em religiões de matriz africana; da realização de exames (como o Enem) em datas alternativas ao Shabat (dia sagrado para o judaísmo); da natureza do ensino religioso em escolas da rede pública, entre outros.

Ainda que a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus (a Carta é promulgada “sob a proteção de Deus”), o mesmo texto constitucional veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (...)” (artigo 19, I da Constituição). É daí que se extrai o princípio do Estado laico: a necessária e desejável separação entre Estado e religião no marco do estado democrático de direito.

De um lado, o princípio do Estado laico proíbe a fusão entre Estado e religião (como ocorrem nas teocracias), de modo a proteger a liberdade religiosa. Por outro, requer a atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito. A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.

Isto porque confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis, que, ao impor uma moral única, inviabiliza qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. A ordem jurídica em um estado democrático de direito não pode se converter na voz exclusiva da moral de qualquer religião. Os grupos religiosos têm o direito de constituir suas identidades em torno de seus princípios e valores, pois são parte de uma sociedade democrática. Mas não têm o direito a pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico.

[...] O Brasil é considerado o maior país católico do mundo em números absolutos. Em 2000, os católicos representavam 74% da população (IBGE, Censo 2000). Em 2009, o universo de católicos correspondia a 68,5% da população brasileira (FGV, Novo Mapa das Religiões, 2011).

Neste contexto, iniciativas como a do Ministério Público Federal constituem uma importante estratégia para consolidar o princípio do Estado laico, endossando o dever do Estado de garantir condições de igual liberdade religiosa. Inspirado pela razão pública e secular, o estado democrático de direito não pode ser refém de dogmas religiosos do sagrado, mas deve garantir a diversidade de doutrinas religiosas, filosóficas e morais como condição da própria cultura pública democrática.

Flávia Piovesan [professora da PUC/SP e procuradora do estado] – fragmento

Publicado em 29/11/12 – disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/estado-laico-liberdade-religiosa>

01. Evidencia-se por meio da leitura do texto que a intenção da autora é ressaltar a importância de:
  - (A) adotar oficialmente dogmas incontestáveis e impor uma moral única
  - (B) assegurar que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito
  - (C) estabelecer parâmetros para o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas
  - (D) definir a natureza do ensino religioso em escolas da rede pública
02. No texto, a autora expõe e fundamenta um ponto de vista, do qual faz parte a defesa da:
  - (A) consolidação de um estado democrático de direito
  - (B) imposição de um culto religioso único e obrigatório
  - (C) promoção de uma religião em detrimento de outras
  - (D) subvenção oficial a cultos religiosos ou igrejas
03. Na formação do adjetivo **incontestáveis**, há prefixo com o significado de negação. A palavra em que o prefixo assume outro significado é:
  - (A) imperfeição
  - (B) impermeabilizar
  - (C) inclusão
  - (D) inviabilizar

**Considere a seguinte frase do terceiro parágrafo, para responder às questões de números 04 e 05.**

***A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.***

04. Percebe-se, na organização coerente e lógica dessa frase, o seguinte tipo de raciocínio:
  - (A) explicativo
  - (B) condicional
  - (C) proporcional
  - (D) comparativo

05. O emprego do acento grave, indicativo da crase, faz-se necessário em “*às mais diversas religiões*”, e também é obrigatório em:
- (A) Todos têm direito de escolher cultos nos quais se sintam a vontade.
- (B) Cada indivíduo deve agradecer a Deus por tudo o que é e tem.
- (C) Não gosto de estar associado a pessoas que evidenciam fanatismo.
- (D) Quem tem boca vai a Roma e, se é católico, vai ao Vaticano ver o papa.
06. Sabendo-se que dígrafos são grupos de letras que representam apenas um som da fala, constata-se que na palavra **questionamento** há dois dígrafos, um consonantal e outro vocálico. Verifica-se o mesmo tipo de ocorrência na seguinte palavra:
- (A) detrimento
- (B) representantes
- (C) constitucional
- (D) excepcionalmente
07. Em “embaraçar-**lhes** o funcionamento” (2º parágrafo), o pronome oblíquo em destaque não é complemento do verbo e, sim, adjunto do substantivo subsequente [embaraçar o funcionamento **de cultos religiosos ou igrejas**]. O pronome também é usado com esse sentido em:
- (A) Escolheram o culto e a igreja que puderam inspirar-**lhes** confiança.
- (B) Após o casamento de seu primogênito, nasceu-**lhe** a segunda filha.
- (C) A leitura e a reflexão **lhe** podem trazer maiores possibilidades de conhecimento.
- (D) O pastor e o padre **lhes** garantiram que tudo fora um mal-entendido.

08. “**Ainda que** a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus...” (2º parágrafo)

Haveria importante alteração na relação de sentido estabelecida entre essa oração e a sequência da frase no texto se a expressão em destaque fosse substituída por:

- (A) mesmo que
- (B) por mais que
- (C) uma vez que
- (D) embora
09. Em “instigantes debates” (1º parágrafo), o adjetivo precede o substantivo, invertendo a colocação mais rotineira dos termos no sintagma. A anteposição do adjetivo também ocorre em:
- (A) “símbolos religiosos” (1º parágrafo)
- (B) “igual consideração” (3º parágrafo)
- (C) “atuação positiva” (3º parágrafo)
- (D) “laicidade estatal” (1º parágrafo)

10. “... atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito.” (3º parágrafo).

Nesse segmento, é empregada linguagem figurada, como também na seguinte frase:

- (A) “Um pouco de filosofia afasta-nos da religião; muita filosofia faz-nos voltar a ela.” (Antoine Rivarol)
- (B) “A religião é comparável a uma neurose da infância.” (Sigmund Freud)
- (C) “Não me interessa nenhuma religião cujos princípios não melhoram nem tomam em consideração as condições dos animais.” (Abraham Lincoln)
- (D) “As leis são um freio para os crimes públicos – a religião para os crimes secretos.” (Rui Barbosa)

### NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Observe a figura e a citação abaixo, relacionadas à especificação de um notebook.



**“Notebook Samsung 300E4A-AD1 com Intel Core i5 4GB 500GB LED 14” Windows 7 Home Premium”**

“Intel Core i5” e “4GB” fazem referência, respectivamente, aos seguintes componentes de hardware:

- (A) microprocessador e disco rígido
- (B) cache e memória RAM
- (C) cache e disco rígido
- (D) microprocessador e memória RAM
12. No Windows 7 BR, dois atalhos de teclado podem ser utilizados como alternativa à ação de pressionar o botão Iniciar por meio do *mouse*. Esses atalhos de teclado são:
- (A) Ctrl + Esc e tecla F11
- (B) Alt + Esc e tecla Windows
- (C) Ctrl+ Esc e tecla Windows
- (D) Alt + Esc e tecla F11

13. No Word 2010 BR, clicar nos ícones  e



tem, respectivamente, os seguintes significados:

- (A) aplicar subscripto e aumentar o tamanho da fonte
- (B) aplicar sobrescrito e aumentar o tamanho da fonte
- (C) aplicar subscripto e diminuir o tamanho da fonte
- (D) aplicar sobrescrito e diminuir o tamanho da fonte

14. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2010 BR.

|   | A                              | B                         | C                 |
|---|--------------------------------|---------------------------|-------------------|
| 1 | <b>2012 - GUARDA MUNICIPAL</b> |                           |                   |
| 2 |                                |                           |                   |
| 3 | #                              | DESCRIÇÃO                 | PREÇO             |
| 4 | 1                              | PENDRIVE 8GB              | R\$ 28,00         |
| 5 | 2                              | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL | R\$ 301,00        |
| 6 | 3                              | HD SATA 1TB               | R\$ 257,00        |
| 7 |                                | TOTAL                     | <b>R\$ 586,00</b> |

Em C7 foi inserida uma expressão que representa a soma de todos os valores contidos em C4, C5 e C6. Ao final do trabalho, foi acionado um ícone para salvar a planilha em um arquivo no disco rígido. A expressão e o ícone foram, respectivamente:

(A) =SOMA(C4:C6) e



(B) =SOMA(C4&C6) e



(C) =SOMA(C4:C6) e



(D) =SOMA(C4&C6) e



15. Observe a figura abaixo, que ilustra um cabo padrão *Fast Ethernet* da categoria 5, empregado na implementação de redes de computadores para acesso à internet.



O conector utilizado nesse cabo é conhecido pela seguinte sigla:

- (A) USB
- (B) RJ-45
- (C) RG-6
- (D) RCA

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

16. A incontinência pública e escandalosa no recinto do serviço dá ensejo à aplicação da seguinte pena disciplinar:

- (A) repreensão
- (B) demissão
- (C) multa
- (D) suspensão

17. Caberá a pena de demissão ao funcionário que, durante o período de 12 (doze) meses, interpoladamente e sem justa causa, faltar ao serviço por:

- (A) 60 (sessenta) dias
- (B) 90 (noventa) dias
- (C) 30 (trinta) dias
- (D) 40 (quarenta) dias

18. No processo disciplinar que esteja apurando abandono de cargo ou função, a Comissão iniciará os seus trabalhos fazendo publicar 2 (duas) vezes, no órgão oficial, edital de chamada do funcionário que não haja reassumido o exercício no prazo máximo de:

- (A) 20 (vinte) dias
- (B) 30 (trinta) dias
- (C) 10 (dez) dias
- (D) 40 (quarenta) dias

19. A sanção disciplinar, ato que altera uma relação jurídica, segundo o critério dos efeitos, é ato administrativo classificado como:
- (A) constitutivo
  - (B) enunciativo
  - (C) individual
  - (D) de império
20. A forma extintiva de desfazimento volitivo do ato administrativo que se aplica quando o beneficiário de determinado ato descumpre condições que permitem a manutenção do ato e de seus efeitos é a:
- (A) caducidade
  - (B) cassação
  - (C) revogação
  - (D) anulação
21. O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou até a realização do processo licitatório, contado a partir da última publicação do edital resumido de um concurso e respectivos anexos, é de:
- (A) 45 (quarenta e cinco) dias
  - (B) 30 (trinta) dias
  - (C) 15 (quinze) dias
  - (D) 5 (cinco) dias
22. Conforme previsto na Lei nº 8.666/93, a prestação de serviços de limpeza de um órgão público, executados de forma contínua, poderá ter a sua duração prorrogada, de forma contínua, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, ficando a prorrogação limitada ao seguinte prazo máximo:
- (A) 12 (doze) meses
  - (B) 24 (vinte e quatro) meses
  - (C) 48 (quarenta e oito) meses
  - (D) 60 (sessenta) meses
23. No que tange à organização do Estado, é correto afirmar que:
- (A) os Territórios guardarão a unidade de sua extensão, aplicando-se as leis federais
  - (B) a União pode intervir nos Estados para manter a integridade nacional
  - (C) o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo Municipal
  - (D) o parecer do órgão competente sobre as contas anuais do Prefeito é soberano
24. De acordo com o modo pelo qual se estrutura, o Brasil pode ser classificado como um Estado:
- (A) simples
  - (B) unitário
  - (C) composto
  - (D) democrático
25. Constitui remédio constitucional previsto na Constituição da República:
- (A) a medida cautelar fiscal
  - (B) a ação reivindicatória
  - (C) a desapropriação
  - (D) o *habeas data*
26. Os Direitos Fundamentais são aqueles:
- (A) ditos inerentes à natureza do homem, com fundamento nas relações sociais materiais em cada momento histórico
  - (B) alusivos ao indivíduo isolado e fundamentados no aparecimento dos denominados direitos civis ou liberdades civis
  - (C) estabelecidos de conformidade com regras do Direito Objetivo e dependentes da simples vontade do titular
  - (D) considerados indispensáveis, necessários para assegurar a todas as pessoas uma convivência digna, livre e igual
27. No que tange à distribuição de competências entre os entes políticos, cabe aos Municípios legislar sobre:
- (A) securitização de créditos tributários
  - (B) responsabilidade por dano ao consumidor
  - (C) criação de juizados de pequenas causas
  - (D) proteção à infância e juventude
28. No que tange às guardas municipais, admite-se, conforme a lei dispuser:
- (A) o policiamento judiciário
  - (B) o porte de arma
  - (C) a repressão ao tráfico de entorpecentes
  - (D) a apuração de infrações penais
29. Compete ao Tribunal de Contas:
- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo
  - (B) sustar a execução de contratos celebrados pelo Poder Executivo
  - (C) julgar as contas dos administradores de bens públicos
  - (D) exercer o controle interno de legalidade do Poder Judiciário

30. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- (A) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos
  - (B) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido
  - (C) os indígenas, de acordo com o que dispuser a legislação específica
  - (D) os que, por enfermidade, não tiverem discernimento para a prática desses atos
31. A Guarda Municipal, no Município do Rio de Janeiro, foi constituída sob a forma de uma:
- (A) pessoa jurídica de direito privado interno
  - (B) pessoa jurídica de direito público interno
  - (C) associação de caráter público criada por lei
  - (D) organização da sociedade civil de interesse público
32. Consideram-se fatos humanos voluntários os que:
- (A) resultam de atuação humana e influem sobre as relações de direito
  - (B) independem da vontade do homem, embora atinjam situação jurídica subjetiva
  - (C) compreendem o acontecimento natural capaz de produzir efeitos jurídicos
  - (D) originam declaração de vontade destinada à autonomia privada
33. É causa suspensiva da prescrição, nos termos o Código Civil Brasileiro:
- (A) o despacho do juiz que ordenar a citação
  - (B) o apontamento cambial
  - (C) a constância da sociedade conjugal
  - (D) o ato de reconhecimento do direito
34. As obrigações, quanto ao seu objeto, podem ser:
- (A) de dar, de fazer e de não fazer
  - (B) simples, compostas e alternativas
  - (C) de meio, de resultado e a termo
  - (D) puras, condicionais e modais
35. Uma criança, nas dependências de escola municipal, atinge o olho de outra, acarretando-lhe a perda parcial da visão. Nesse caso, pode-se afirmar que o Estado responde:
- (A) objetivamente por ato comissivo
  - (B) objetivamente por ato omissivo
  - (C) subjetivamente por ato do agente
  - (D) subjetivamente por ato próprio
36. Constitui direito real:
- (A) a cessão de uso de bem público
  - (B) a concessão de serviço público
  - (C) o direito do promitente comprador de imóvel
  - (D) o exercício de fato de poder inerente à propriedade
37. Conforme dispõem as normas processuais e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município é representado, em Juízo:
- (A) pela Procuradoria-Geral da Câmara Municipal
  - (B) pelas Assessorias Jurídicas dos órgãos e empresas municipais
  - (C) pelo Chefe do Poder Executivo
  - (D) pela Procuradoria-Geral do Município
38. Constitui característica da jurisdição:
- (A) a instrumentalidade
  - (B) a prorrogabilidade
  - (C) a primariedade
  - (D) a indisponibilidade
39. Constitui forma de intervenção de terceiro, nos termos do Código de Processo Civil:
- (A) a assistência
  - (B) o litisconsórcio
  - (C) a oposição
  - (D) a substituição
40. O ato pelo qual se chama a juízo o interessado a fim de se defender denomina-se:
- (A) citação
  - (B) intimação
  - (C) carta de ordem
  - (D) mandado
41. Constitui causa de suspensão do processo:
- (A) a exceção de pré-executividade
  - (B) a interposição de agravo
  - (C) a interposição de apelação
  - (D) a morte do representante legal da parte
42. Constitui peculiaridade da citação na ação de desapropriação:
- (A) a comunicação do ato pela via postal
  - (B) a dispensa da citação da mulher
  - (C) a expedição de edital
  - (D) a previsão de hora certa

43. No mandado de segurança, é autoridade coatora aquela:
- (A) que tenha executado materialmente o ato  
 (B) que tenha poder decisório ou deliberativo  
 (C) da qual emane a ordem para a prática do ato  
 (D) indicada pelo impetrante na inicial
44. Compete aos Municípios instituir tributos sobre:
- (A) o serviço de comunicação  
 (B) o serviço de locação de bens móveis  
 (C) a cessão de direitos à aquisição de bens móveis  
 (D) o custeio do serviço de iluminação pública
45. É causa de extinção do crédito tributário:
- (A) a transação  
 (B) a isenção  
 (C) a anistia  
 (D) o depósito administrativo
46. Com referência à atividade da empresa de locação de automóveis, verifica-se que **NÃO** há incidência:
- (A) do Imposto sobre Serviços  
 (B) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
 (C) de impostos municipais  
 (D) do Imposto de Importação
47. É pessoalmente responsável:
- (A) o espólio pelos tributos devidos pelo *de cujus* após a sucessão  
 (B) o adquirente pelos tributos relativos aos bens remidos  
 (C) a pessoa jurídica que resultar de fusão pelos tributos da empresa fusionada  
 (D) o tutor pelos tributos devidos pelos tutelados
48. **NÃO** gera vínculo de emprego com o tomador dos serviços a contratação:
- (A) de serviços de limpeza ligados à atividade-meio do tomador  
 (B) de serviços gerais por empresa interposta  
 (C) de serviços de vigilância ligados à atividade-fim do tomador  
 (D) de serviços de voluntários por empresa de entretenimento
49. É direito do trabalhador urbano, nos termos da Constituição da República:
- (A) teto salarial proporcional à extensão do trabalho  
 (B) licença-paternidade proporcional à licença-gestante  
 (C) proteção do mercado de trabalho  
 (D) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária

50. Inclui-se entre os objetivos constitucionais da seguridade social:
- (A) diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais  
 (B) redutibilidade potencial e equitativa do valor dos benefícios  
 (C) seletividade na prestação dos benefícios e serviços  
 (D) uniformidade equitativa da base de financiamento

#### ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

51. Adquirir, para outrem, no exercício de mandato, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público é ato de improbidade que:
- (A) causa prejuízo ao erário  
 (B) importa enriquecimento ilícito  
 (C) atenta contra os princípios da Administração Pública  
 (D) ofende a ética pública
52. A representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente, constitui crime punido com a pena de multa e:
- (A) detenção de seis a dez meses  
 (B) reclusão de três a seis meses  
 (C) detenção de um a três meses  
 (D) reclusão de seis a doze meses
53. Exigir, para si, diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o seguinte tipo penal:
- (A) peculato  
 (B) estelionato  
 (C) concussão  
 (D) prevaricação
54. O patrocínio indireto de interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é crime que pode ser punido com:
- (A) detenção de seis a dez meses  
 (B) reclusão de três a seis meses  
 (C) reclusão de seis a doze meses  
 (D) detenção de um a três meses
55. Retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o seguinte tipo penal:
- (A) corrupção passiva  
 (B) prevaricação  
 (C) advocacia administrativa  
 (D) excesso de exação